

ATA DA 171ª REUNIÃO ORDINÁRIA (14.10.89) TARDE

Às 12:30 do dia catorze de outubro de 1989, por ocasião da realização do Encontro Nacional sobre Execução Penal, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, em Belo Horizonte - MG, na Universidade Federal do Estado - Faculdade de Direito, denominada "Casa de Afonso Pena", sob a Presidência do Doutor JOÃO BENE-DICTO DE AZEVEDO MARQUES. Conselheiros Presentes: JASON SOARES ALBERGARIA, LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY, LUIZ CHEMIM GUIMARÃES, MARIA CLÁUDIA DE SOUZA FÓZ DESTRI, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO e HERMÍNIO ALBERTO MARQUES PORTO. Ausências Justificadas: DAMÁSIO EVANGELISTA DE JESUS, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, HUGO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY e RUY DA COSTA ANTUNES. Convidados: Doutores PTO SOARES CANEDO, Ex-Presidente do CNPCP - Gestão 1980-1985, Doutor ALUIZIO QUINTÃO - Juiz do Tribunal de Alçada Criminal do Estado, Doutor LUIZ PRUDENTE - Procurador de Justiça do Estado, Doutor CÂNDIDO FURTADO MAIA NETO - Secretário de Justiça e Segurança Pública do Ministério da Justiça, Doutora CÂNDIDA ROSILDA DE MELO PEREIRA - Conselheira-Suplente do CNPCP - MJ, e Doutor MARCOS AFONSO DE SOUZA - Diretor da Faculdade de Direito daquele Estado e anfitrião do CNPCP naquela oportunidade, na mencionada "Casa de Afonso Pena". I - 167ª e 168ª Atas - Aprovadas pela unanimidade dos presentes. II - Comunicações - Pelo Presidente foram transmitidas as seguintes informações: a) próximas sessões, fixadas para os dias 20 e 21 de novembro próximo; b) para discutir a adaptação da legislação penal à Constituição Federal, o Conselho realizará sua reunião ordinária do mês de março/90 em São Paulo - SP, com a colaboração da Procuradoria de Justiça daquele Estado; c) sobre o Protocolo de Intenções assinado recentemente entre o Ministério da Justiça e as Secretarias da Área de Segurança Pública, foi informado sobre a próxima instituição do CONASP, órgão que coordenará a ação policial do Brasil; d) Aos Conselheiros foi solicitado que em seus pareceres, sejam lançados "ementa" e "voto"; e) e informou finalmente que o Ministério da Justiça lançará dentro em breve, campanha sobre o "uso indevido de drogas" sob o binômio: punição severíssima ao traficante e punições alternativas ao usuário. III - Processos e Expedientes relatados: 19) Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA: a) Processo-MJ-Nº 010.927/89-20 - Assunto: "Reforma do Título IV da Lei de Execução Penal" - Parecer: Relato das justificativas e do projeto proposto; Decisão CNPCP: Pela aprovação unânime do parecer e discussão do projeto na próxima sessão; b) Processo-MJ-Nº 08000.001178/89-04 - Assunto: "Quadro do Pessoal de Estabelecimento Penitenciário Federal" - Parecer: Relato das justificativas e do projeto proposto; Decisão CNPCP: Pela aprovação unânime do parecer e discussão do projeto na próxima sessão; c) OF. 665/89-59 - Assunto: "Penitenciária Federal" - Voto: "Proponho-se que os órgãos técnicos da SEJUSP em ação conjunta com os do governo local procedam a elaboração do projeto do Complexo de Brasília, e, ainda, se designe comissão constituída de membros do CNPCP, para realizar estudo sobre o programa de implantação dos estabelecimentos federais regionais." - Decisão CNPCP: pela aprovação unânime e elaboração de resolução conforme o proposto no voto. O Presidente em acolhendo sugestões do Conselheiro MARREY, recomendou que os projetos de lei constante dos processos ora relatados, serão discutidos nas próximas sessões. Ainda com a palavra o Conselheiro em apreço transmitiu cumprimentos ao Relator, homenageado que foi pelo Presidente, tanto pelos trabalhos ora apresentados, quanto por ser o Conselheiro representante de Minas Gerais, escolhido para apresentar os primeiros relatórios da ordem do dia. Ainda pelo Conselheiro LUIZ CHEMIM GUIMARÃES, foi transmitido cumprimento ao Relator, pela excelência dos trabalhos apresentados. 20) Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO: a) Processo-MJ-Nº 401.042/89-48 - Assunto: "Anteprojeto de Código Penal Militar" - Voto: "Tendo em vista a relevância da matéria, qual seja análise de um anteprojeto de Código Penal Militar, de toda conveniência que este CNPCP constitua uma Comissão, que poderá, inclusive, solicitar sugestões em assunto da maior complexidade. Sugiro a designação dessa Comissão, pelo que devolva à Presidência o presente processo." Decisão CNPCP: pela aprovação unânime e providências pertinentes. b) Indulto Natalino - com as justificativas do projeto que deverão constar da Exposição de Motivos, o Relator apresentou o projeto cujo teor segue transcrito: "DECRETO Nº _____, de _____ de 1989 - Concede indulto, reduz penas e dá outras providências. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, item XII, da Constituição e considerando a comemoração do Centenário da Proclamação da República, DECRETA: Art. 1º - É concedido indulto aos condenados a penas privativas de liberdade não superiores a quatro anos, que cumpriram, com boa conduta prisional, até 15 de novembro de 1989, um terço da pena, se não reincidentes, ou metade, se reincidentes. Art. 2º - É igualmente concedido indulto aos condenados a penas superiores a quatro anos que satisficam, até 15 de novembro de 1989, as condições de um dos itens seguintes: I - tenham completado sessenta e cinco anos, quando do homem, ou sessenta, quando mulher, desde que hajam cumprido um terço da pena, se não reincidentes, ou metade, se reincidentes, e hajam praticado os crimes com menos de vinte e um anos de idade; II - sejam mães de filhos menores de quatorze anos, desde que, igualmente, hajam cumprido um terço da pena, se não reincidentes, ou metade, se reincidentes; III - encontrem-se em estado avançado de qualquer doença grave, ou de moléstia incurável e contagiosa, assim diagnosticada por laudo médico oficial. Parágrafo Único - No caso de moléstia incurável e contagiosa, as autoridades dos Serviços de Saúde Pública deverão ser imediatamente comunicadas da concessão do indulto, sob as penas da lei. Art. 3º - Os condenados que, até 15 de novembro de 1989, hajam cumprido, no mínimo, um terço da pena, se não reincidentes, ou metade, se reincidentes, e não preencham os requisitos dos itens I, II e III do artigo anterior, terão reduzidas suas penas privativas de liberdade, na seguinte forma: I - pena superior a quatro até oito anos, redução de um terço para os não reincidentes; II - pena superior a oito e até vinte anos, redução de um quarto para os não reincidentes, e um sexto para os reincidentes. Art. 4º - Terão a pena reduzida em sessenta dias, se não reincidentes, ou trinta dias, se reincidentes, os condenados a penas superiores a vinte anos e os apenados por crimes: a - de sequestro e cárcere privado; b - de roubo e extorsão, em todas as suas modalidades; c - de extorsão mediante sequestro; d - de receptação dolosa; e - de estupro e atentado violento ao pudor; f - de corrupção de menores [Lei nº 2.252, de 1º de junho de 1954]; g - de perigo comum, em sua modalidade dolosa; h - de quadrilha ou bando; i - de homicídio qualificado; j - de sonegação fiscal [Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965]; l - contra a economia popular. Parágrafo Único - Somente poderá ser beneficiado com as reduções de penas previstas neste artigo o apenado que não tiver tido sua pena reduzida, até

15 de novembro de 1989, nos três anos anteriores, se não reincidentes, e nos seis anos anteriores, se reincidentes (pelos Decretos nºs 96.035, de 11 de maio de 1988, do Centenário da Abolição da Escravatura, e 97.576, de 15 de março de 1988). Art. 5º - O disposto nos artigos 1º, 2º e 3º aplica-se ainda que a sentença esteja em grau de recurso interposto pela defesa, sem prejuízo do respectivo julgamento pela instância superior; o recurso da acusação, a que se negar provimento, não impedirá a concessão do benefício. Art. 6º - Este Decreto não beneficia: I - os condenados que, embora solventes, hajam deixado de reparar o dano causado pela infração penal; II - os sentenciados por crimes: a - relativos ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, que causem dependência física ou psíquica, quando reconhecida na sentença a condição de traficante; b - referentes à prática de racismo; c - cometidos por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; d - de abuso de autoridade [Lei 4.898, de 09 de dezembro de 1965]. Art. 7º - Constituem requisitos para que o condenado obtenha indulto ou redução da pena: I - não ter sido beneficiado por graça ou indulto, a data referida nos artigos 1º, 2º e 3º (observando o disposto no parágrafo único do artigo 4º): a - nos dois anos anteriores, se não reincidentes; b - nos quatro anos anteriores, se reincidentes; II - haver participado, nos limites de suas possibilidades pessoais, de processo, de ressocialização, quando realizado o cumprimento da pena; III - ter revelado, por sua conduta, condições favoráveis à permanência na comunidade, quando beneficiado por suspensão condicional, cumprida pelo menos a metade do respectivo prazo, com exata observância das condições impostas e das penas restritivas de direitos, se for o caso, desde que não tenha havido agravamento das condições, prorrogação do prazo, suspensão ou revogação do benefício; IV - ter conduta reveladora de condições pessoais que assegurem a reinserção social, quando beneficiado pelo livramento condicional, cumpridos, pelo menos, dois quintos do respectivo prazo, com exata observância das condições impostas, sem advertência ou agravamento das condições; V - haver demonstrado possuir comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho, quando este lhe for atribuído e aptidão para promover a própria subsistência mediante trabalho honesto; VI - evidenciar, especialmente se condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, condições pessoais que façam presumir que não mais voltará a delinquir. Art. 8º - Este Decreto não abrange nem afeta as penas restritivas de direitos, ou as de multa, aplicadas isoladas ou cumulativamente. Art. 9º - Para efeito da aplicação do presente Decreto, somam-se as penas que correspondem às infrações diversas. Art. 10º - As autoridades que custodiarem os condenados encaminharão aos juízes de execução, até trinta dias após a publicação deste Decreto, relação dos presos que satisficam os requisitos objetivos, prestando desde logo informações circunstanciadas sobre a vida prisional e a conduta de cada um, para os fins do art. 193 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 e consequente parecer do Conselho Penitenciário. Parágrafo Único - A relação e as informações concernentes aos condenados em gozo de suspensão condicional ou de livramento condicional deverão ser enviadas pela entidade incumbida da fiscalização do cumprimento das condições do benefício ou da observação cautelar e proteção do liberado e, na falta da mesma, tais informações poderão ser supridas por outro documento idôneo. Art. 11 - Os órgãos centrais da administração penitenciária preencherão, até 31 de janeiro de 1990, quadro de acordo com o modelo anexo, encaminhando-o à Secretaria da Justiça e Segurança Pública do Ministério da Justiça. Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. QUADRO DEMONSTRATIVO A QUE SE

REFERE O ARTIGO 11 DO DECRETO:

MOTIVO DETERMINANTE DA CONDENAÇÃO	BENEFICIADOS PELOS ARTIGOS							
	1º, I		1º, II		2º		4º	
	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM
CRIMES CONTRA A VIDA								
Homicídio simples privilegiado								
Infanticídio								
Lesões corporais								
Outros								
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO								
Furto								
Estelionato								
Outros								
CRIMES CONTRA OS COSTUMES								
Sedução								
Outros								
CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA								
Falsificação de Moedas								
Outros								
OUTROS CRIMES								
CONTRAVENÇÕES								
TOTAL								

Ao concluir o Relator transmitiu sugestão encaminhada pelo CEP-SP e, após, informou que a absorveria na redação final do projeto; Decisões CNPCP: 1ª) pela aprovação unânime; e 2ª) advogado pelo Presidente, a redação final da matéria, tendo em vista à sua urgência; 39) Conselheiro LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY: a) Processo-MJ-Nº 006.916/89-44 - Assunto: "Fundo Penitenciário - MG" - Voto: pela anexação do processo ao expediente do "Fundo Penitenciário" e remessa de expediente do CNPCP, encaminhando cópia da Exposição de Motivos e Projeto de Lei que propõe a criação do Fundo Penitenciário Nacional; Decisão CNPCP: pela aprovação unânime e providências pertinentes; b) Processo-MJ-Nº 08000.983/89-11 - Assunto: "Indicação da Câmara Municipal de Alegrete - RS formulando sua gestão no sentido de se estender aos jovens de 16 anos todos os direitos civis e especialmente de obter Carteira de Habilitação" - Voto: "Entendo que tal questão não é da atribuição deste colegiado. Formulo sua gestão no sentido de remessa do presente processo à SEAL/MJ, para os de